



Liv44

**ATA**  
**DA**  
**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**DA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA**

**Local: Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho**

**Data: 30 de novembro de 2023**

**Iniciada às 10h00 e aprovada em minuta a 30-11-2023**

A reunião iniciou-se com a presença de:

**Presidente:** José António Marcos Soares-----

**Vice-Presidente:** Catarina Isabel Gaspar Manito-----

**Vereadores:** Mário Silva-----

Alexandre José Pessoa Amado-----

**Verificou-se a ausência da Vereadora Ângela Garcia, que justificou antecipadamente a sua falta.**-----

Estiveram ainda presentes, o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, e o Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, que apresentaram ao executivo camarário, para deliberação, os assuntos que no âmbito dos seus departamentos necessitavam de deliberação camarária, e que nos termos da legislação, ao efeito aplicável, cumpriram todos os formalismos legais para que a Câmara, sobre os mesmos, pudesse decidir.-----

A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal da Madalena, José António Marcos Soares secretariada pela Assistente Técnica, Ana Martins.-----

O Presidente deu início ao período da Ordem do dia, em cumprimento do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**ORDEM DO DIA**



Handwritten signature

**Divisão Administrativa e Financeira-----**

**1 - Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para 2024 - Para deliberação.-----**

**2 - Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais – Para deliberação.-----**

**ORDEM DO DIA**

**Divisão Administrativa e Financeira-----**

**1 - Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para 2024 - Para deliberação.-----**

Foi apresentado ao executivo, pelo Técnico Superior, Bruno Faria, o registo de entrada o n.º 12109/2023, de 24 de novembro, constante ao processo.-----

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por maioria com três votos a favor e um contra, aprovar o Orçamento no valor total de 9.626.872€ e Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para 2024, no valor total de 3.855.965€ e remeter à Assembleia Municipal para competente aprovação.-----

Votou contra o Vereador Alexandre Amado.-----

**2 - Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais - Para deliberação.-----**

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, o registo de entrada o n.º 12109/2023, de 24 de novembro, constante ao processo.-----

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por maioria com três votos a favor e uma abstenção, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta, para que esse órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

Solicitar à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, e nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abrangia ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

Deliberou que, a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição de que, além das condições previstas acima, sejam



respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;-----

Deliberou que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.-----

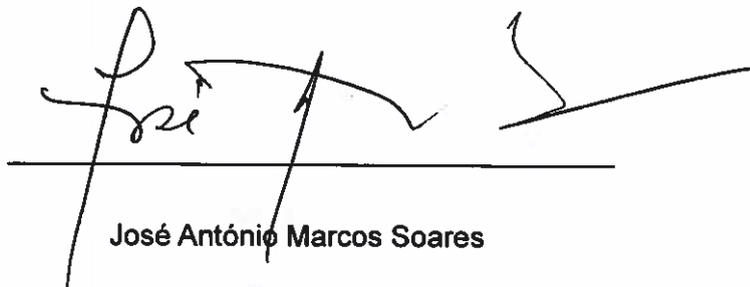
Deliberou que, com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação juntamente com a informação prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta e deliberação.-----

Absteve-se o Vereador Alexandre Amado.-----

Iniciada às 10h00 e encerrada às 10h20.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim Am Martins que a redigi e subscrevi, ficando os responsáveis dos serviços encarregues de dar imediata execução às deliberações tomadas no respeitante dos seus departamentos.-----

O Presidente da Câmara,

  
\_\_\_\_\_  
José António Marcos Soares

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the financial system and for the ability to detect and prevent fraud.

2. The second part of the document outlines the various methods used to collect and analyze data. It describes the use of statistical techniques to identify trends and patterns in the data, and the importance of using reliable sources of information.

3. The third part of the document discusses the role of the auditor in the financial reporting process. It explains how the auditor's independent review of the financial statements provides assurance to investors and other stakeholders that the information is reliable and free from material misstatement.

4. The fourth part of the document discusses the importance of transparency and disclosure in financial reporting. It explains that providing clear and concise information about the company's financial performance and risks is essential for investors to make informed decisions.

5. The fifth part of the document discusses the role of the board of directors in overseeing the financial reporting process. It explains that the board is responsible for ensuring that the financial statements are prepared in accordance with applicable accounting standards and that the information is presented fairly and objectively.

6. The sixth part of the document discusses the importance of internal controls in the financial reporting process. It explains that internal controls are designed to prevent and detect errors and fraud, and to ensure that the financial statements are prepared accurately and in a timely manner.

7. The seventh part of the document discusses the importance of the external audit in the financial reporting process. It explains that the external audit provides an independent and objective assessment of the financial statements, and that it is a key component of the overall financial reporting process.